



Jornal do

CUT



FEUP



IMPRESSO ESPECIAL
350017492-6/2005-DR/PR
SIN. TR. IND. REFINDEST. EX.
PETRÓLEO EST. PR
CORREIOS
Rua Laranjeira Lrs. nº 2394, Fátima, Curitiba-PR - CEP 80225-080



Sindipetro PR/SC

Jornal do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina - Ano XXV - nº 1239 - de 16 a 31/08/2009

Campanha Reivindicatória 2009

A luta recomeça!



Para conquistar é preciso lutar! A velha máxima sindical mais uma vez se mostra presente e atual na categoria petroleira, que inicia neste mês de agosto a Campanha Reivindicatória 2009. O objetivo é garantir melhores condições de trabalho e vida para todos. Neste ano, além das cláusulas econômicas, também estarão em negociação os tópicos referentes às cláusulas sociais

e o desafio é ampliar direitos e benefícios. A pauta de reivindicações e as mobilizações serão debatidas em assembleias por petroleiros de todo país. Nas bases do Paraná e Santa Catarina elas acontecerão nos dias 24 e 25 de agosto, em todos os locais de trabalho. São oito pontos de pauta a serem apreciados.

Confira nas páginas 2,3,4 e 6.

www.sindipetroprsc.org.br

Categoria petroleira inicia a Campanha Reivindicatória 2009

► **Desafio é melhorar salários, ampliar os benefícios e conquistar um novo marco regulatório para o setor petróleo**

Como acontece em todos os anos, a FUP e os sindicatos filiados conclamam os trabalhadores petroleiros para lutar na Campanha Reivindicatória, cujo objetivo é garantir melhores condições de trabalho e vida para todos. Neste ano, além das cláusulas econômicas, também estarão em negociação os tópicos referentes às cláusulas sociais e o desafio é ampliar direitos e benefícios.

Entretanto, a Campanha não ficará restrita apenas às reivindicações da categoria. A FUP e os sindicatos querem debater e avançar nas questões que abrangem o conjunto da sociedade. É o caso do tema petróleo e soberania nacional, cada dia mais presente nas agendas dos movimentos sociais e nas demais categorias de trabalhadores. A intenção é garantir o controle estatal e social dos hidrocarbonetos, com a aplicação dos recursos gerados por esta riqueza natural em programas que beneficiem toda a população brasileira, principalmente as camadas sociais menos favorecidas.

O X Congresso Nacional da CUT, realizado no início de agosto, aprovou uma série de deliberações que fortalecem ainda mais a luta por uma nova lei do petróleo. Além de consolidar um calendário de mobilizações unitário, as resoluções do Congresso da CUT também referendam o anteprojeto de lei aprovado pelo Conselho Deliberativo da FUP para garantir o controle estatal e social do petróleo. O anteprojeto será submetido às assembleias para ser referendado pelos trabalhadores, junto com a pauta de reivindicações aprovada na

I Plenária Nacional da FUP [PlenaFUP], realizada na Lapa-PR, em julho.

Outro exemplo do compromisso social dos petroleiros é o pleito pela liberdade e autonomia sindical. A FUP e os sindicatos entendem que a classe trabalhadora tem o direito de organizar as lutas com total liberdade, sem a interferência de qualquer instituição ou poder público. Um exemplo recente da ingerência foi o caso do interdito proibitório, obtido pela Repar, na greve dos trabalhadores das obras e da manutenção da Refinaria e da Fosfertil, em Araucária. Petrobrás e Poder Judiciário se voltaram contra a organização dos trabalhadores e proibiram o cumprimento da lei de greve através do convencimento.

Sobre as lutas de caráter mais corporativo, as entidades de representação da categoria exigem reposição salarial de 10% acima da inflação [ganho real], uma nova política de SMS para que sejam cessados os constantes acidentes nas unidades da Petrobrás, e a suspensão de todas as punições impostas aos petroleiros que participaram de manifestações e greves, um dos pontos de honra maior da campanha.

As assembleias no Paraná e Santa Catarina acontecerão nos dias 24 e 25 de agosto, em todos os locais de trabalho. Ao todo, oito pontos estarão em debate com os trabalhadores. Confira logo abaixo as pautas em discussão. Os horários e locais das assembleias estão no edital de convocação da página 6.

:: Pontos de pauta que serão debatidos nas assembleias

1. Referendar a pauta de reivindicações aprovada na 1ª PLENAFUP

Trabalhadores de todas as regiões do país estiveram reunidos no Assentamento Contestado – Escola Latinoamericana de Agroecologia – na cidade da Lapa, entre os dias 02 e 05 de julho, durante a 1ª Plenária Nacional da FUP. Foi um momento histórico para a classe trabalhadora, pois pela primeira vez uma categoria de trabalhadores urbanos realizou um evento de caráter deliberativo



Reivindicações dos petroleiros foram debatidas e aprovadas na 1ª PLENAFUP

em um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Durante a Plenária, os cerca de 200 delegados debateram e elaboraram uma pauta para a Campanha Reivindicatória 2009. A pauta deve ser referendada em bloco e está disponível na página do Sindicato [www.sindipetroprsc.org.br].

2. Referendar a FUP como negociadora do Acordo Coletivo 2009/2011

Esse ponto de pauta é meramente burocrático, já que a Federação é quem negocia as reivindicações os trabalhadores junto à Petrobrás. Porém, a cada ano é necessário que os petroleiros deleguem este poder à FUP.

3. Autorizar a FUP a somente assinar o Acordo Coletivo com a retirada de todas as punições da greve de março de 2009

A greve nacional dos petroleiros que aconteceu de 23 a 27 de março foi mais um exemplo da luta e resistência da categoria. A maioria das reivindicações daquele momento foi contemplada, mas foi só a poeira baixar e a empresa colocou suas garras de fora. Muitos trabalhadores, sobretudo da Bacia de Campos, foram punidos por participar da greve. A FUP e os sindicatos não admitem essa postura reacionária e ditatorial da Petrobrás. Por isso, determinaram que não haja fechamento de Acordo Coletivo de Trabalho até que todas as punições sejam efetivamente retiradas.



4. Referendar o Anteprojeto para uma nova Lei do Petróleo aprovado pelo Conselho Deliberativo da FUP

Com as descobertas na área do Pré-Sal, o Brasil passou a ser um dos três países com maiores reservas de petróleo do mundo. Toda essa riqueza despertou grandes interesses das transnacionais predatórias, que compram blocos com grande potencial de extração nos leilões, leia-se privatização, da Agência Nacional de Petróleo [ANP] por preços muito baixos e ainda por cima pagam impostos irrisórios ao governo pela extração. O movimento sindical e popular já era extremamente contrário a esse modelo antes das descobertas do Pré-Sal. Por isso, é impreterível a aprovação de um novo marco regulatório [lei] para o setor petróleo. Diante disso, a FUP elaborou um modelo de anteprojeto de lei do petróleo e o debaterá com a categoria

nas assembleias Brasil afora. A íntegra do anteprojeto está disponível na página www.fup.org.br.

5. Aprovar o desconto assistencial de 2% do salário base durante quatro meses para a campanha "O petróleo tem que se nosso"

O momento que o país vive é decisivo. De um lado os movimentos sociais, que defendem a utilização dos recursos do petróleo em benefício da população. De outro, os setores reacionários que querem a continuidade da legislação atual do petróleo, com a venda indiscriminada de grandes áreas com potencial de extração para empresas privadas. Por isso, é necessário fortalecer o movimento em defesa da soberania nacional no setor petróleo. A maior expressão dessa luta é a campanha "O petróleo tem que ser nosso", encampada por várias entidades dos movimentos sociais e partidos políticos do campo popular e democrático. Logo, a FUP e os sindicatos irão debater nas assembleias o desconto assistencial de 2% do salário base, durante quatro meses, para ser revertido à campanha.



Diante do desafio de lutar por uma nova lei do petróleo que garanta a utilização dos recursos do setor para o benefício da população brasileira, a FUP e os sindicatos devem priorizar as agendas da campanha "O petróleo tem que ser nosso".

6. Autorizar a FUP a priorizar a campanha "O petróleo tem que ser nosso"

Diante do desafio de lutar por uma nova lei do petróleo que garanta a utilização dos recursos do setor para o benefício da população brasileira, a FUP e os sindicatos devem priorizar as agendas da campanha "O petróleo tem que ser nosso".

7. Aprovar o calendário de lutas da campanha reivindicatória

Visando a melhor organização possível da Campanha Reivindicatória 2009, a FUP propõe um calendário de lutas com diversas atividades que vão desde o começo de agosto até outubro. Confira o conteúdo na próxima página.

8. Mobilização de 24 horas em todos os sábados seguintes aos feriados

Foi aprovada durante a PlenaFUP a realização de manifestações em todos os sábados posteriores aos feriados até que haja o retorno do pagamento das horas extras de 100%, a "dobradinha de turno", que foi suprimido pela Petrobrás.

Calendário de Lutas

10 a 28/08 – Assembleias e Seminários de Qualificação de Greve

14/08 – Jornadas de luta junto com as centrais sindicais e movimentos sociais

19/08 – Ato nacional em Brasília, junto com o MST, por uma nova lei do petróleo

31/08 – Ato nacional contra as punições, em frente ao Edise, durante a entrega da pauta de reivindicações à Petrobrás

01 a 04/09 – Reuniões preparatórias da FUP para defesa da pauta de reivindicações

07/09 – “Grito dos Excluídos” – Dia nacional de coleta de assinaturas pelo anteprojeto defendido pela FUP para uma nova Lei do Petróleo

08/09 – Rodada de negociação com a Petrobrás: SMS/Novas Tecnologias (Capítulos VII e VIII). Atraso de 4 horas nas unidades, marcando o início das negociações

10/09 - Rodada de negociação com a Petrobrás: Benefícios (Capítulo III) 12/09 - Mobilização pela volta do pagamento dos feriados trabalhados no turno (extraturno/dobradinha)

15/09 – Rodada de negociação com a Petrobrás: Condições de trabalho, planejamento, recrutamento de pessoal (Capítulos V, X e XI)

16/09 - Atrasos e mobilização na entrada do expediente, com informes e debates sobre as rodadas de negociação

17/09 – Rodada de negociação com a Petrobrás: Terceirização

18/09 - Atrasos e mobilização na entrada do expediente

22/09 – Rodada de negociação com a Petrobrás: Salários, vantagens e vigência (Capítulos I, II e XI); Relações sindicais e segurança no emprego (Capítulos IV e IX).

29/09 – Prazo final para a Petrobrás responder a pauta de reivindicações dos trabalhadores

30/09 – Seminário Nacional de Qualificação de Greve

01/10 - Conselho Deliberativo da FUP

Novos velhos problemas na Repar

Existem certas situações que ocorrem dentro da Repar que rompem a barreira do raciocínio lógico. Enquanto os novos contratados estão há mais de seis meses em total ostracismo, sem absolutamente nada para fazer, em função do atraso nas obras de ampliação do parque industrial; os demais petroleiros, sejam do regime de turno ou do administrativo, são assediados para compensar com folgas as horas-extras trabalhadas.

Não há explicação para que tais circunstâncias aconteçam. Os novos estão à beira de um colapso nervoso por causa da falta de atividade e querem muito trabalhar em outros setores para finalmente começarem a aprender o ofício, afinal, uma válvula, turbina ou bomba é a mesma coisa em qualquer

unidade. O Sindicato já comunicou a empresa por diversas vezes dessa situação e até agora não recebeu uma resposta convincente que venha a resolver esse problema.

Por outro lado, os trabalhadores mais antigos são forçados a fazer horas extras e depois têm que folgar para que a empresa não tenha que pagar os devidos direitos dos petroleiros e mascarar o índice de horas extraordinárias para atender o programa de redução de custos. “Horas-extras só são devidamente pagas aos pelegos que furam greves”, afirma Anselmo Ruoso Jr, diretor do Sindicato e da FUP.

O Sindipetro PR/SC, atento ao inexplicável problema, vai exigir uma reunião com a Gerência Geral da Repar para tratar desses casos e resolver essas anomalias.

Paralisação por melhorias na AMS de Santa Catarina tem adesão maciça

Trabalhadores da Petrobrás Transportes [Transpetro] cruzaram os braços durante três horas na manhã do dia 10 de agosto, logo na entrada do expediente. Eles protestaram por melhorias na Assistência Multidisciplinar de Saúde [AMS], o plano de saúde da empresa.

Há tempos o Sindipetro PR/SC tenta resolver os problemas da AMS em Santa Catarina. Já ocorreram reuniões de negociação com representantes da empresa, na qual sinalizaram com soluções, mas até o momento nenhuma melhoria concreta pôde ser observada.

A AMS virou motivo de constantes reclamações dos petroleiros ativos e aposentados de Santa Catarina. Redução drástica do número de hospitais, clínicas, laboratórios e até ausência de médicos especialistas na lista de credenciados são as principais queixas da categoria.

Diante desse cenário, o Sindicato realizou assembleias com os trabalhadores dos terminais Transpetro

de Santa Catarina nas cidades de Itajaí, São Francisco do Sul, Biguaçu e Guaramirim, nos dias 03 e 04 de agosto, nas quais foi aprovada a paralisação desta segunda-feira.

De acordo com levantamento realizado pela sede regional sindical de Santa Catarina, a adesão dos petroleiros foi maciça, chegando a cerca de 90%. "Infelizmente, 10% da força de trabalho catarinense da Transpetro parece estar satisfeita com os péssimos serviços de saúde da AMS. De nada adianta reclamar do plano no dia-a-dia e furar o movimento que visa

melhorar a AMS", retruca Mario Dal Zot, diretor do Sindipetro PR/SC.

Durante a manifestação, os trabalhadores votaram e aprovaram o estado de assembleia em caráter permanente. Caso a empresa não tome uma atitude e resolva os problemas da assistência médica, novas ações serão tomadas em breve.



Manifestações em Curitiba e Blumenau marcam a Jornada Nacional Unificada de Lutas no Paraná e Santa Catarina

Mais de dois mil trabalhadores ligados à CUT e demais centrais sindicais, movimentos sociais e populares participaram durante toda a manhã do dia 14 de agosto, em Curitiba, da manifestação da Jornada Nacional Unificada de Lutas. As principais reivindicações foram pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional [PEC] 231/95, de autoria do então deputado federal, hoje senador, Inácio Arruda [PCdoB-CE], que prevê a redução da jornada semanal de trabalho de 44 para 40 horas, sem diminuição de salários; a defesa dos direitos sociais; não às demissões motivadas pela crise financeira internacional; e por uma nova lei do petróleo com uma Petrobrás 100% estatal e pública.

Conforme haviam anunciado, os trabalhadores pararam ruas do centro da capital. O protesto começou às 08h00, com concentração na Praça Santos Andrade, aonde ocorreram discursos e apresentações culturais. Uma hora mais tarde, os manifestantes saíram em caminhada até a sede estadual da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e se solidarizaram com os carteiros que iniciavam a campanha salarial.

Em seguida, continuaram a passeata pelas ruas centrais em direção à Boca Maldita, tradicional local de protestos de Curitiba. No meio do trajeto, paralisaram por alguns minutos o cruzamento das ruas Marechal Floriano Peixoto e Marechal Deodoro, um dos pontos de maior movimentação na cidade. O último protesto aconteceu por volta do meio dia, com realização de um grande ato político-cultural. Lideranças das centrais sindicais e dos movimentos sociais fizeram discursos inflamados contra a crise e suas consequências.

O presidente estadual da CUT, Roni Barbosa, avaliou como positiva a Jornada em Curitiba. "Conseguimos mobilizar milhares de trabalhadores e paramos ruas do centro. Também apoiamos as categorias dos bancários e dos trabalhadores dos Correios, que iniciaram suas campanhas salariais. Tudo isso demonstrou a unidade dos trabalhadores, das centrais sindicais e dos movimentos sociais. Deixamos bem claro que a classe



Trabalhadores pararam o centro de Curitiba em protesto contra a crise

trabalhadora não vai pagar pela crise. O desafio agora é continuar com essa mobilização nacional para vencer o debate e aprovar a PEC da redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, e também garantir a manutenção dos empregos e dos direitos sociais nesse momento de crise", afirmou.

A Jornada Nacional Unificada de Lutas também mobilizou milhares de trabalhadores e militantes sociais em 12 capitais do país.

:: Protesto em Santa Catarina

O ato da Jornada Nacional Unificada de Lutas nas regiões Vale do Itajaí e norte de Santa Catarina foi centralizado na cidade de Blumenau e coordenado pela CUT-SC. Manifestantes



saíram em passeata pelas ruas da cidade e também realizaram protestos nas empresas SAMAE [Serviço Municipal de Água e Esgoto] e CELESC [Centrais Elétricas de Santa Catarina], ambas públicas e que correm o risco de serem privatizadas. Os dirigentes catarinenses do Sindipetro PR/SC também levaram a Campanha "O Petróleo Tem Que Ser Nosso!" para a manifestação.



Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Refinação, Destilação, Exploração e Produção de Petróleo nos Estados do Paraná e Santa Catarina - Rua Lamenha Lins, 2064 - Rebouças - Curitiba - Paraná - CEP 80220-080 - Fone: (41) 3332-4554 - Fax: (41) 3332-5215

Filiado à



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA

Pelo presente EDITAL o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE REFINAÇÃO, DESTILAÇÃO, EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA, em conformidade com as disposições constantes do Título VI da Consolidação das Leis do Trabalho, convoca a categoria dos profissionais empregados da empresa estatal PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS e da TRANSPETRO S.A., para assembleias gerais extraordinárias, a serem realizadas no(s) dia(s), nos horários e locais abaixo determinados, para apreciação das seguintes pautas:

Pauta:

- 1 - Referendar a Pauta de Reivindicação aprovada no I PLENAFUP;
- 2 - Referendar a FUP como negociadora do Acordo Coletivo 2009/2011;
- 3 - Autorizar a FUP a somente assinar o Acordo Coletivo com a retirada de todas as punições da Greve de Março de 2009 referente a Campanha da PLR 2008;
- 4 - Referendar o Ante-Projeto para uma nova Lei do Petróleo aprovado no Conselho Deliberativo;
- 5 - Aprovar o desconto assistencial de 2,0% do saláriobase, durante 04 meses, para a Campanha "O Petróleo tem que ser nosso";
- 6 - Autorizar a FUP a priorizar a Campanha "O Petróleo tem que ser nosso";
- 7 - Aprovar o Calendário de Lutas das Campanhas;
- 8 - Mobilização 24 horas em todos os sábados seguintes aos feriados;
- 9 - Assuntos Gerais.

BASE	LOCAL	DATA	HORÁRIO
REPAR / Araucária, Curitiba/PR	SEDE DO SINDIPETRO PR/SC EM CURITIBA/PR R. LAMENHA LINS, 2064	24/08/2009	18h30
SIX / São Mateus do Sul/PR	REGIONAL DO SINDIPETRO EM SÃO MATEUS DO SUL/PR	24/08/2009	17h15
Terminais Transpetro / Itajaí, Biguaçu/SC e Ativo de produção Sul / Itajaí /SC	SINPRO - Sindicato dos Professores de Itajaí e Região Rua Jorge Mattos, 285 (em frente à capela da Univalê) Centro - Itajaí - SC	25/08/2009	19h00
Terminais Transpetro / São Francisco do Sul, Guararamirim, Joinville/SC	REGIONAL DO SINDIPETRO EM JOINVILLE/SC - Rua Ely Soares nº 127, bairro Floresta	25/08/2009	18h30
Terminal Transpetro / Paranaguá/PR	REGIONAL DO SINDIPETRO EM PARANAGUÁ/PR Rua Odilon Mader, 480 - Estradinha	25/08/2009	18h30

Curitiba, 17 de Agosto de 2009.



Silvaney Bernardi
Presidente

Proposta de Sindicalização

Nome: _____ Nome de Guerra: _____
 Sexo () M () F Nascido em: ____/____/____ Cidade: _____ Estado: _____
 Admissão na empresa: ____/____/____ Nível Salarial: _____
 Empresa: _____ Matricula: _____
 Aposentadoria: ____/____/____ CB: _____
 CPF: _____ Cargo/Função: _____ Setor: _____
 Gerência: _____ Órgão: _____
 End. Res.: _____ nº _____ Bairro: _____
 Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____
 Tel Res.: (____) _____ - Tel Com: (____) _____ -
 E-mail: _____

() **Aposentados** - Autorizo o desconto em folha de pagamento do valor correspondente a 0,8% do rendimento bruto (INSS+Petros).

() **Ativos** - Autorizo o desconto em folha de pagamento do valor correspondente a 2,5% do salário básico.

_____, ____ de 2009.

assinatura